



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍÚBA**  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 411/06, DE 17 DE MARÇO DE 2006.

Dispõe sobre a instituição do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, cria o Fundo Municipal de Cultura FMC no Município de Guaiúba e dá outras providências.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍÚBA, ESTADO DO CEARÁ.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Guaiúba, Estado do Ceará, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura**

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito do Município de Guaiúba o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, que visa o fomento efetivo, sistemático, democrático e continuado de atividades culturais, nos termos desta lei, e será implementado através dos seguintes mecanismos:

I Sistema de Incentivos Fiscais;

II Fundo Municipal de Cultura;

**Art. 2º.** São órgãos e entidades que integram o Sistema Municipal de Financiamento Cultural:

I. A Secretaria Municipal de Cultura;

II. O Conselho Municipal de Cultura;

III Todos os demais órgãos e programas municipais que desempenhem ou venham a desempenhar programas e ações de abrangência cultural;

IV. Os sistemas setoriais, existentes ou a serem criados, coordenados pela Secretaria Municipal de Cultura, e respectivos órgãos colegiados;

V entidades privadas devidamente conveniadas

**Art.3º.** Para efeito desta Lei entende-se por:

I Empreendedor/ Proponente: a pessoa física ou jurídica, domiciliada no Município de Guaiúba, diretamente responsável pela realização de Projeto.

II Incentivador: o contribuinte do Imposto sobre Serviços - ISS e do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, no Município de Guaiúba, que transfere recursos para a realização de projeto através do Sistema de Incentivos Fiscais;

III Doação: a transferência definitiva de bens e recursos financeiros aos empreendedores, para a realização de projeto Cultural, sem qualquer proveito para o contribuinte;

IV Patrocínio: a transferência de recursos aos empreendedores, para a realização de Projetos Culturais, sem proveito financeiro ou patrimonial direto para

RUA PEDRO AUGUSTO Nº 53 - CENTRO  
Guaiúba Ceará CEP: 61.890-000  
Fone: 3376.1012, Fax: 3376.1004  
CNPJ: 12.359.535/0001-32 CGF: 06.920.289-3

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍÚBA  
PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA  
Guaiúba, 20 de 03 de 2006

*Rita Ramos*  
Responsável





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

o patrocinador, ressalvada a veiculação de seu nome ou marca nas peças de publicidade e nos produtos gerados.

IV Investimento: a transferência de recursos financeiros aos empreendedores para a realização de Projetos Culturais, com proveito pecuniário ou patrimonial para o contribuinte.

**Art. 4º.** Sistema Municipal de Cultura fomentará as seguintes áreas artísticas e culturais:

- I. artes visuais;
- II Audiovisual;
- III. Teatro;
- IV Dança;
- V. Circo;
- VI. Música;
- VII Arte digital;
- VIII Literatura, livro e leitura;
- IX. Patrimônio material e imaterial;
- X Artes integradas;
- XI Outras, definidas pelo Conselho Municipal de Cultura.

**Parágrafo Único.** O Sistema Municipal de Financiamento da Cultura fomentará ações que contemplem pelo menos um dos seguintes objetivos:

- I. Incentivo à formação artística e cultural;
- II. Divulgação de qualquer forma de manifestação cultural;
- III. Doação de bens móveis ou imóveis e obras de arte ou de valor cultural a museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras entidades;
- IV. Edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;
- V. Restauração de obras de arte e bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural;
- VI. Construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, de acesso público e sem fins econômicos, bem como de suas coleções e acervos;
- VII. Realização de exposições, festivais de arte, e espetáculos de artes cênicas ou congêneres;
- VIII. Proteção do folclore, do artesanato e das manifestações culturais tradicionais do Município;
- IX. Outras atividades culturais e artísticas definidas pelo Conselho Municipal de Cultura.

**CAPÍTULO II**  
**Do Sistema de Incentivos Fiscais**

**Art. 5º.** Os contribuintes ou substitutos tributários do Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, poderão abater do montante das contribuições devidas ao Município às doações, patrocínios e investimentos realizados em favor de Projetos Culturais, nos termos desta Lei.

RUA PEDRO AUGUSTO Nº 53 - CENTRO  
Guaiúba Ceará CEP: 61.890-000  
Fone: 3376.1012, Fax: 3376.1004  
CNPJ: 12.359.535/0001-32 CGF: 06.920.289-3



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º. Observando os limites constantes no parágrafo seguinte, o contribuinte poderá abater, a cada incidência:

- I. Até 100 % (cem por cento) do valor da doação;
- II Até 70 % (setenta por cento) do valor do patrocínio;
- III. Até 25% (vinte e cinco por cento) do valor de investimento

§ 2º. O limite máximo admitido para fins de abatimento, sobre o valor devido ao Município, será de 12 % (doze por cento) sobre o valor a ser pago ou 10% (dez por cento) da soma total do IPTU e ISS sendo facultada a escolha do maior, ou ainda em 15% (por cento) quando da dívida ativa,

§ 3º. O abatimento será efetuado mediante a apresentação do Certificado Municipal de Incentivo a cultura expedido pelo município, após aprovação do Projeto pelo Conselho Municipal de Cultura.

§ 4º. O contribuinte poderá, independentemente de vinculação a um projeto destinar recursos para o Fundo Municipal de Cultura.

**CAPÍTULO III**  
**Do Fundo Municipal de Cultura FMC**

**Art. 6º.** São recursos do Fundo Municipal de Cultura:

- I os oriundos de incentivo fiscal, nos termos desta Lei;
- II as receitas provenientes de dotação orçamentária;
- III os resultados de eventos e promoções realizados com o objetivo de angariar recursos;
- IV as subvenções, auxílios, contribuições e doações de qualquer fonte lícita;
- IV as transferências decorrentes de convênios, acordos e, congêneres;
- VI os saldos de exercícios anteriores;
- VII as devoluções relativas aos mecanismos de fomento desta Lei quaisquer que sejam os motivos;
- VIII outros recursos provenientes de participação ou prestação de serviços pelo Município no setor.

**Art. 7º.** O Fundo Municipal de Cultura será administrado por um Conselho Gestor, presidida pelo Secretário de Cultura, com poderes de gestão e movimentação financeira e composto por membros recrutado entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil, assegurada participação de pelo menos um representante do Conselho Municipal de Cultura.

**CAPÍTULO IV**  
**Da Apresentação dos Projetos**

**Art.8º.** Os Projetos de Incentivo à Cultura serão analisados conforme a ordem de chegada para apreciação do Conselho Gestor.

§ 1º. O Conselho Gestor definirá a periodicidade de suas reuniões e tornará público o calendário semestral das mesmas.

RUA PEDRO AUGUSTO Nº 53 - CENTRO  
Guaiúba Ceará CEP: 61.890-000  
Fone: 3376. 1012, Fax: 3376 1004  
CNPJ: 12.359.535/0001-32 CGF: 06.920.289-3





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

§2º. O prazo mínimo para envio de cada Projeto será de 15 (quinze) dias, anteriores à realização da reunião do Conselho Gestor.

**Art 9º.** Para obtenção do incentivo deverá o empreendedor apresentar para avaliação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Cultura cópia do Projeto Cultural, explicitando os recursos financeiros e humanos envolvidos para fins de fixação do valor do incentivo e posterior fiscalização em formulário modelo padronizado pela Secretaria de Cultura.

§ 1º Ao ser aprovado o Projeto, a Secretaria da Cultura emitirá um Certificado Municipal de Incentivo à Cultura, destinado ao empreendedor, com caráter de bônus para efeito de pagamento de contribuições devidas ao Município até o limite fixado no parágrafo segundo do artigo 5º desta Lei.

§ 2º. Cópia do Certificado de Incentivo à Cultura será remetida à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, enquanto outra via de igual teor e forma permanecerá nos arquivos do Conselho Gestor constando no certificado as seguintes informações:

- a) Identificação individualizada do incentivador;
- b) CGC ou CPF do incentivador;
- c) Valor do incentivo;
- d) Data de emissão do certificado;
- e) Prazo de validade, com a menção de início e do final.

§ 3º O empreendedor prestará contas dos recursos recebidos e do resultado do projeto, até 60 (sessenta) dias após o término do mesmo, fazendo constar da mesma todos os documentos comprobatórios das despesas realizadas, através de notas fiscais e recibos em nome da Secretaria Municipal da Cultura, bem como deverá computar as receitas geradas, inclusive bilheteria, se houver

**Art 10º.** Os certificados referidos no caput do artigo anterior terão prazo de até 12 (doze) meses, não podendo ultrapassar o exercício financeiro em que se encontra, contados a partir da data de sua emissão.

**Art 11º.** Qualquer entidade da sociedade civil organizada poderá ter acesso, em todos os níveis a toda e qualquer documento referente a Projetos Culturais beneficiados por essa Lei.

**Art 12º.** os recursos aplicados no mês anterior serão divulgados através de demonstrativos enviados à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças e publicado no primeiro dia útil do mês subsequente ao envio.

**Art 13º.** Uma vez aprovado o Projeto, o Conselho Gestor divulgará aos interessados a data em que estes receberão seus Certificados de incentivo

**Art 14º.** O conselho divulgará o número de Projetos aprovados em pauta de votação ou em tramitações que tenham sido enviados.

4

RUA PEDRO AUGUSTO Nº 53 - CENTRO  
Guaiúba Ceará CEP: 61.890-000  
Fone: 3376. 1012, Fax: 3376 1004  
CNPJ: 12.359.535/0001-32 CGF: 06.920.289-3





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO V**

**Do Cadastro Municipal de Entidades Culturais**

**Art 15º.** O cadastro Municipal de Entidades Culturais conterá informações de todos os agentes culturais localizados no Município.

§ 1º considera-se como Agente Cultural toda pessoa física ou jurídica abrangida que desenvolva atividades artísticas e culturais.

§ 2º O Cadastro será ligado à Secretaria de Cultura, a quem cabe sua atualização.

**Art 16º.** Para se cadastrar, a pessoa física ou jurídica, conforme o caso, deverá apresentar a seguinte documentação:

I Estatuto e Regimento Interno se for o caso;

II Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, para pessoa jurídica, e no Cadastro Geral de pessoa Física e CPF no Ministério da Fazenda MF, acompanhado do registro geral em Secretaria de Segurança Pública ou entidade profissional para pessoa física.

III Endereço de entidade ou pessoa interessada

**Parágrafo Único** – Para efeito de aplicação desta lei, é indispensável que o indivíduo ou entidade interessada desempenhem atividades destinadas à produção ou divulgação de manifestação artística ou cultural

**CAPÍTULO VI**

**Do Uso Indevido dos Recursos desta Lei**

**Art.17º.**, Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, será imputada multa equivalente a dez vezes o valor do incentivo fixado ao empreendedor que não comprovar a correta aplicação dos recursos oriundos do incentivo citado nesta lei.

**Art.18º.**, O incentivador, que juntamente com o empreendedor utilizar as vantagens do Sistema dolosamente para fraudar o Município, sofrerá as sanções previstas em lei pertinentes aos casos de sonegação,

**Art.19º.** O empreendedor, quando incorrer na conduta do artigo anterior, será impedido de usufruir, a qualquer tempo, dos benefícios desta lei.

**Art.20º.** A constatação de fraude será encaminhada para a Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças e, em forma de representação, para o Ministério Público, para as devidas providências,

**Art.21º.** No prazo previsto no Certificado de Incentivo, o empreendedor deverá apresentar a prestação de contas, sob pena de abertura do processo no Conselho Gestor com vistas à aplicação das punições dos artigos anteriores,

RUA PEDRO AUGUSTO Nº 53 - CENTRO  
Guaiúba Ceará CEP: 61.890-000  
Fone: 3376. 1012, Fax: 3376 1004  
CNPJ: 12.359.535/0001-32 CGF: 06.920.289-3





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA**  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO VII**  
**Das Disposições Gerais e Transitórias**

**Art. 22º.** Somente serão objetos de incentivo os Projetos Culturais que visem a exibição, utilização e veiculação pública dos bens culturais deles resultantes, sendo vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes destinados ou circunscritos a circuitos privados ou coleções particulares.

**Art. 23º.** A doação ou patrocínio não poderá ser efetuada pelo contribuinte à pessoa ou instituição a ele vinculada.

Parágrafos Únicos - Consideram-se vinculados ao contribuinte:

I. A pessoa jurídica da qual o contribuinte seja administrador, gerente, acionista ou sócio na data de operação ou nos 12 (doze) meses anteriores,

II. O cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do contribuinte ou dos titulares, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao contribuinte, nos termos do inciso anterior.

**Art. 24º.** Fica o Poder Executivo autorizado a dispor, se necessário, sobre medidas administrativas, financeiras e técnicas que conferem à Secretaria Municipal de Cultura condições de pleno cumprimento da presente lei.

**Art. 25º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir normas jurídicas regulamentadoras, com o objetivo de fazer cumprir fielmente as presunções normativas desta lei.

**Art. 26º.** As eventuais despesas oriundas da vigência e aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se insuficientes.

**Art. 26.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA DE GUAÍUBA, Estado do Ceará em 17 de março de 2006.

  
**Antonio Carlos Torres Fradique Accioly**  
Prefeito Municipal

RUA PEDRO AUGUSTO Nº 53 - CENTRO  
Guaiúba Ceará CEP: 61.890-000  
Fone: 3376.1012, Fax: 3376.1004  
CNPJ: 12.359.535/0001-32 CGF: 06.920.289-3

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA  
Guaiúba, 20 de 03 de 2006

  
Responsável

